

aos fundadores, a distinção entre heróis virtuosos e criminosos extremamente hábeis deixou de existir.

Ao estudar os livros de Maquiavel o leitor é levado a perguntar-se continuamente se ele é cuidadoso ou descuidado no uso dos termos técnicos ou de outra natureza. Já observamos tantos exemplos desse cuidado esmerado que ousamos fazer a seguinte observação: é mais seguro acreditar que ele pensou com todo o cuidado em cada palavra que usa do que fazer concessões à fraqueza humana. Considerando a diferença de nível entre Maquiavel e pessoas como nós, a regra de leitura que deriva dessa crença pode ser impraticável, uma vez que não temos como segui-la em todos os casos. Ela continua, ainda assim, a ser uma boa regra, pois lembrar-se dela nos mantém despertos e modestos ou nos ajuda a desenvolver o hábito de nos conservarmos na mistura apropriada de ousadia e cautela. Há certos termos que requerem particular atenção, em outras palavras, termos ambíguos. A ambiguidade de “virtude” é o caso mais bem conhecido. Do criminoso Agátocles Maquiavel diz, em duas sentenças consecutivas, primeiro que lhe faltava virtude e depois que tinha virtude; no primeiro caso, “virtude” significa virtude moral no sentido mais amplo que inclui a religião, e no segundo caso significa astúcia e coragem combinadas. Segundo ele, o papa Leão X tem “bondade e infinitas outras virtudes” e Anbal teve “crueldade inumana juntamente com (infinitas) outras virtudes”. Usar a liberalidade “virtuosamente e como se deve usá-la” é diferenciado por Maquiavel de usá-la de forma prudente, isto é, virtuosamente, um sentido diverso do termo.⁶⁵ Há um sentido intermediário segundo o qual “virtude” designa virtude política ou a soma das qualidades requeridas para prestar serviço à sociedade política ou para um exercício efetivo do patriotismo. Mesmo de acordo com esse sentido intermediário, a crueldade inumana poderia ser uma virtude e a ambição, um vício. Em muitos casos é impossível dizer a que tipo de virtude Maquiavel está se referindo. Essa obscuridade é essencial para a apresentação que ele faz da sua doutrina. Ela é requerida pelo fato de que o leitor deve ascender do entendimento comum da virtude para um entendimento dela que é diametralmente oposto à opinião comum.

ocorre em quatro casos (*Discursos* I pr., 32, 55, III 40); o tempo dos dois livros é bastante diferente. Para apreender o significado especial da discussão sobre Severo, deve-se também comparar o julgamento de Maquiavel sobre o seu herói aparente, César Bórgia, com seu julgamento sobre Severo; cp. cap. VII (24) com cap. XIX (62-63).

N

Igualmente ambíguo é “príncipe”, que pode significar um monarca não tirânico ou qualquer monarca, qualquer homem ou conjunto de homens em posição de governo incluindo os líderes de uma república, para não falar de outros significados. “Povo” pode tanto significar uma sociedade republicana quanto as pessoas comuns. “Seres humanos” pode significar seres humanos enquanto tais ou os seres humanos do sexo masculino, ou ainda o comum dos homens ou os súditos dos príncipes.⁶⁶ “Céu” pode significar o céu visível, o fundamento de toda regularidade ou ordem no mundo subcelestial, um ser pensante e desejante que pode ser gentil com os seres humanos ou amar apenas certos indivíduos, o acaso, a meta das aspirações humanas, e a causa de catástrofes como pragas, fomes e dilúvios. “Nós” pode significar Maquiavel, Maquiavel e seu leitor ou leitores, os contemporâneos de Maquiavel, os florentinos, os cristãos, os cristãos contemporâneos, os italianos, os italianos contemporâneos, todos os seres humanos, uma sociedade à qual o autor pertence em contraste com uma sociedade inimiga, tanto uma sociedade quanto os seus inimigos tomados em conjunto. Em alguns casos é difícil decidir o que a primeira pessoa do plural significa precisamente; por exemplo, quando Maquiavel chama Tito Lívio de “nosso historiador”, ou quando ele diz que “a razão dessas coisas, creio, dever ser discutida e interpretada por um homem que tenha conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais: o que nós não temos”.⁶⁷ No último caso, não é impossível que “nós” signifique “nós que não somos filósofos”.

Os *Discursos* versam sobre os primeiros dez livros da *História* de Tito Lívio, ou à história de Roma até cerca de 292 a.C. A *História* de Tito Lívio consistia de 142 livros. Estranhamente, os *Discursos* consistem de 142 capítulos, pois os prefácios do Livro I e do Livro II não são, evidentemente, capítulos. Com isso, pode parecer que Maquiavel quer transmitir a sua intenção de elucidar a história, se não da Roma Antiga, mas de Roma dos seus primórdios até o tempo do imperador Augusto. Uma olhada para a lista de eventos discutidos nos *Discursos* elimina essa hipótese.⁶⁸ O estranho fato de que o

⁶⁶ Cf. *Discursos* I 46-47, cujos títulos começam com “seres humanos”.

⁶⁷ *Discursos* I 56.

⁶⁸ Cf., por exemplo, *Discursos* I 10, II 1, 8-9, 30 (317), III 6, 24-25. A nossa atenção é dirigida para a seguinte irregularidade no que toca ao número de capítulos dos *Discursos*: enquanto os livros I e II têm um próêmio, falta um próêmio ao Livro III; o efeito ou a causa dessa irregularidade é que os

número de capítulos dos *Discursos* é o mesmo que o número dos livros de Tito Lívio nos leva a perguntar se o número dos capítulos do *Príncipe* também não é significativo. Considerando que o *Príncipe* consiste de 26 capítulos e que o livro não nos dá nenhuma informação a respeito do significado possível desse número, voltamo-nos para o vigésimo sexto capítulo dos *Discursos*. Esse é o único capítulo dos *Discursos* que é dedicado, segundo seu título, ao “novo príncipe”, isto é, ao tema principal do *Príncipe*. Além disso, ele trata daquilo que os autores chamam de tirania, como diz Maquiavel no fim do capítulo anterior; mas o termo “tirania” (ou “tirano”) é evitado no vigésimo sexto capítulo. Se agora voltarmos do vigésimo sexto capítulo dos *Discursos* para o *Príncipe*, que consiste de 26 capítulos, observaremos que os termos “tirano” ou “tirania” são evitados nesse livro também: o vigésimo sexto capítulo dos *Discursos* imita o *Príncipe* de tal modo que essa imitação nos fornece uma pista sobre o *Príncipe*. Uma vez que essa observação conduz a outras observações relevantes a propósito do *Príncipe*, algumas das quais já foram feitas aqui, adquirimos alguma confiança de que, ao levar a sério o número 26, estamos no caminho certo. Mas antes de dar continuidade a essa linha de raciocínio, pode ser prudente determo-nos por um momento sobre o vigésimo sexto capítulo dos *Discursos*. O primeiro dos dois exemplos que Maquiavel usa nesse capítulo é o rei Davi, que segundo o Evangelho é o ancestral de Jesus. As medidas que homens como o rei Davi têm de empregar no princípio do seu reino, isto é, para fundar ou estabelecer os seus Estados, são descritas por Maquiavel como “deveras cruéis e hostis, não apenas a todo modo cristão de vida, mas também a todo modo humano de vida”. Uma medida tomada por Davi foi tornar os ricos pobres e os pobres ricos. Ao falar dessa medida, Maquiavel cita o seguinte verso do *Magnificat*: “ele encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos”. Ou seja, ele aplica ao tirano Davi uma expressão que o Novo Testamento, ou Maria, mais especificamente, aplica a Deus. Considerando a sua caracterização como tirânico de um modo de ação que o Novo Testamento atribui a Deus, Maquiavel nos leva à conclusão – não, ele, com efeito, afirma mesmo – que Deus é um tirano. Da sua própria e estranha maneira, ele aceita a visão tradicional segundo a qual Davi foi um rei divino que andava nos caminhos de Deus. É com o propósito de fazer essa sugestão chocante e

extraordinária que Maquiavel lança mão da única citação do Novo Testamento a ocorrer tanto no *Príncipe* quanto nos *Discursos*.⁶⁹

O fato mais superficial a respeito dos *Discursos*, o fato de que o número dos seus capítulos é igual ao número de livros da *História* de Tito Lívio, nos fez dar início a uma cadeia de raciocínios experimentais que, de repente, nos deixou frente a frente com a única citação do Novo Testamento presente nos dois livros de Maquiavel – uma enorme blasfêmia. Seria um grande desserviço à verdade usar quaisquer outros termos, qualquer outra palavra mais débil que essa para caracterizar o que Maquiavel está fazendo. Pois seria um erro acreditar que a blasfêmia que encontramos é a única ou mesma a pior blasfêmia que Maquiavel cometeu. Essa blasfêmia é, por assim dizer, apenas a ponta de um gigantesco *iceberg*. A nós não assombra nenhum escrúpulo, qualquer que ele seja, em fazer uso de um termo que expressa grande desaprovção, embora seu uso vá provavelmente ser visto por nossos colegas das Ciências Sociais como um reflexo “culturalmente condicionado” e, portanto, como uma aberração em relação à via reta e estreita da correção científica; pois acreditamos que deixar de chamar uma coisa pelo seu nome não é uma maneira científica de proceder. Alguém pode dizer em defesa de Maquiavel que ele não fala de Deus na passagem suspeita ou que a sua blasfêmia é tão bem escondida que se torna não existente para a maioria dos leitores. Contra essa posição bem se pode argumentar que uma blasfêmia escondida é pior que uma blasfêmia franca e aberta, pela seguinte razão. No caso ordinário de blasfêmia (isto é, de uma blasfêmia franca e aberta), o ouvinte ou leitor torna-se consciente dela sem contribuir em nada para isso. Ao ocultar a sua blasfêmia, Maquiavel obriga o leitor a pensar a blasfêmia por si mesmo e, com isso, tornar-se cúmplice dele. Não se pode comparar a situação do leitor de Maquiavel com a de um juiz ou promotor que, da mesma forma, é levado a repensar os pensamentos criminosos ou proibidos para levar os acusados à justiça, estabelecendo desse modo uma espécie de inimidade com o criminoso sem no entanto incorrer na menor suspeita de, com isso, tornar-se cúmplice dele e sem experimentar, por um momento que seja, o sentimento de culpa. Pois o criminoso não deseja e não convida a esse tipo de intimidade, mas, ao contrário, a rejeita. Maquiavel, por outro lado, está ansioso para estabelecer esse tipo de intimida-

de 142 livros: cf. Petrarca, *Epistole de rebus familiaribus*, liber 24, Epistola 8, e *Retrum memoranda-*

⁶⁹ I Reis 3, 14; Lucas 1, 53. Cf. Lucas 1, 51-52, com Aristóteles, *Politica* 1314 a 1 20 (.....)

de mesmo que apenas com certo tipo de leitor que ele chama de “os jovens”. O ocultamento tal como praticado por Maquiavel é um instrumento de corrupção ou sedução sutil. Ele fascina o seu leitor ao confrontá-lo com enigmas. A fascinação com a resolução dos problemas faz o leitor esquecer-se de todos os deveres mais altos, quando não de todos os deveres pura e simplesmente. Ao ocultar as suas blasfêmias, Maquiavel evita apenas a punição ou a vingança, mas não a culpa. Quando saímos do vigésimo sexto capítulo do primeiro livro dos *Discursos* para o vigésimo sexto capítulo do segundo livro encontramos Maquiavel fazendo fortes advertências de caráter prudencial contra a ação de ofender os sentimentos dos homens com palavras de desdém. Ele conclui o capítulo citando uma frase que Tácito pronuncia ao falar de um inimigo do tirano Nero: “Graços ferinos, quando estão muito perto da verdade, deixam lembranças dolorosas atrás de si”. Um teólogo liberal disse certa feita a alguém que se encontrava ao alcance da minha audição que o juízo tradicional sobre a blasfêmia baseia-se numa concepção demasiado estreita da honra de Deus. Em defesa dessa opinião, ele propôs a analogia de um rei muito sábio e muito poderoso que era capaz de tolerar brincadeiras sobre si mesmo não importa quão ferinas, contanto que fossem graciosas e não causassem escândalo. O argumento nos parece tão patentemente inapropriado que nos sentimos em condição de desconsiderá-lo sem necessidade de discussão. Preferimos propor a seguinte consideração: os tipos de descrença com os quais estamos mais familiarizados nos dias de hoje são a indiferença respeitosa e uma nostalgia pela fé perdida que passa por uma incapacidade de distinguir entre a verdade teológica e o mito. Esses tipos de descrença não são muito mais insultantes para a fé do que uma descrença como a de Maquiavel, que leva a sério a reivindicação de verdade da religião revelada ao considerar a questão da sua verdade fundamental e que, por isso, não é uma descrença morna e indiferente? Além disso, se, como supõe Maquiavel, a religião bíblica não é verdadeira, se ela é de origem humana e não celestial, se ela consiste de fábulas poéticas, torna-se inevitável que se busque entendê-la em termos meramente humanos. À primeira vista, essa tentativa pode ser feita de duas maneiras diferentes: pode-se tentar entender a religião bíblica a partir dos fenômenos do amor humano ou a partir dos fenômenos políticos. O primeiro caminho foi trilhado por Boccaccio no seu *Decamerão*, o segundo por Maquiavel. Em *Discursos* II 12, que, como dissemos, é uma paródia das *disputationes* escolásticas, ele indica como verdades políticas ou militares podem ser transformadas em fábulas poéticas,

ou como as verdades políticas ou militares que estão por trás dessas fábulas podem ser delas extraídas: Anteu não era filho da Terra nem, portanto, invencível enquanto permanecesse sobre a terra e não fosse tirado dela; mas, como filho de uma mãe humana, ele foi invencível enquanto esperou pelo ataque do inimigo dentro dos limites do seu reino. Da mesma forma, a fábula segundo a qual os príncipes antigos aprenderam a sua arte de um centauro nada mais significa que os príncipes devem ser meio inumanos. Da mesma maneira, “lendo a Bíblia judiciosamente” Maquiavel discerne que as ações de Moisés não foram fundamentalmente diferentes das ações de Cirro, Rômulo, Teseu ou Hiero de Siracusa: de modo que “ler a Bíblia judiciosamente” significa lê-la não à sua própria luz, mas à luz das verdades políticas fundamentais.⁷⁰ Mas ainda que estejamos dispostos a admitir que Maquiavel estivesse compelido a levantar a questão a respeito dos fenômenos políticos ou das esperanças políticas que, em princípio, explicam perfeitamente a Bíblia e a concepção bíblica de Deus, ainda assim não entendemos por que ele teve de recorrer a blasfêmias. Afinal, a mesma questão está sendo discutida hoje e tem sido discutida por algumas gerações, por muitos estudiosos que estavam e estão perfeitamente inocentes de toda blasfêmia. A resposta é simples: faz já algumas gerações que a autoridade da Bíblia não é reconhecida ou sustentada pela lei; Maquiavel, por outro lado, era obrigado a usar de subterfúgios. Muitos aspectos dos seus escritos, que a nós podem parecer originar-se da mera levandade [*levity*], são também originados da necessidade na qual ele se encontrava de combinar simples lições políticas e militares com indicações do que ele pensava serem os fenômenos humanos ou naturais que tornam inteligível a crença no sobrenatural ou

⁷⁰ O *Príncipe* caps. VI e XVIII; *Discursos* III 30 (409). Maquiavel incorporou nos seus livros infinitamente mais dessas “leituras judiciosas” da Bíblia do que aquilo que é imediatamente visível. Essa afirmação não é contradita pelo fato de que ele faz referência explícita à Bíblia apenas uma vez. Maquiavel também se refere a Aristóteles apenas uma vez e não seria inteligente inferir disso que ele não considerou a doutrina aristotélica com o cuidado devido. Cada um dos dois “textos” de maior autoridade, a Bíblia e Aristóteles, é, com efeito, mencionado apenas uma vez *eo nomine*. Aristóteles é mencionado em *Discursos* III 26 (a única menção a Aristóteles é seguida da única citação de um autor em prosa contemporâneo – Biondo – em III 27) e a Bíblia é mencionada em III 30 (a única menção à Bíblia é precedida pela única citação de um poeta contemporâneo – Lourenço de Médici – em III 29). De Savonarola Maquiavel afirma que seus escritos mostram a sua erudição, prudência e a virtude da sua mente; do rei Davi diz que ele foi um homem da maior excelência nas armas, na erudição e no julgamento, além de demonstrar uma virtude extraordinária; contudo, ele não faz referência aos escritos de Davi; Cf. *Discursos* I 19 (147) e 45 (192). (Cf. o julgamento enunciado de

o desejo por ele. Essa necessidade não deve ser negligenciada, especialmente quando lemos seu elogio da necessidade em geral: as mãos e as línguas dos homens não teriam levado as obras dos homens à altura a que as vemos terem chegado se os homens não tivessem sido movidos pela necessidade.⁷¹

Repetindo o que dissemos, não acreditamos ser acidental que o número de capítulos dos *Discursos* seja o mesmo que o número de capítulos de Tito Lívio; e, portanto, acreditamos que é preciso perguntar se o número de capítulos do *Príncipe*, que somam 26, não tem algum significado. Vimos que o vigésimo sexto capítulo dos *Discursos* é de uma importância eminente para a compreensão do *Príncipe*. Observamos que ao discutir os imperadores romanos nos *Discursos*, Maquiavel fala explicitamente dos 26 imperadores que vão de César a Maximiliano.⁷² Sem falar do fato de que César não era um imperador, Maquiavel não oferece nenhuma razão para fazer essa seleção particular entre os muitos imperadores que existiram; o único fato evidente é o número dos imperadores selecionados. Pode parecer que existe alguma conexão entre o número 26 e o “príncipe”, isto é, o monarca. Esse não é o lugar para dar mais exemplos do uso que Maquiavel faz do número 26 ou, mais precisamente, do número 13 ou dos múltiplos de 13. Aqui é suficiente mencionar algumas características adicionais da sua obra que parecem indicar que os números são um artifício importante utilizado por ele. Há três capítulos nos *Discursos* que se iniciam com uma citação de Tito Lívio; eles se seguem um ao outro num intervalo de vinte capítulos.⁷³ Os únicos dois capítulos dos *Discursos* que contêm exclusivamente exemplos modernos são o vigésimo sétimo e o quinquagésimo quarto capítulos. Se dado capítulo apresenta dificuldades que não podem ser resolvidas pelo estudo do seu contexto, pode-se por vezes encontrar alguma ajuda em um capítulo de mesmo número seja em outro livro dos *Discursos*, seja no *Príncipe*. Por exemplo, as passagens-chave que tratam do silêncio são os capítulos 10 dos livros I e II dos *Discursos*. As passagens-chave que tratam da questão da “fundação contínua” estão nos capítulos 49 dos livros I e III dos *Discursos*. *Discursos* III 48 versa sobre o logro praticado por um inimigo estrangeiro ao passo que I 48 trata do logro praticado por oponentes domésticos. A paródia das *disputationes* escolásticas ocorre em *Discursos* II 12; *Discursos* I 12 é explicitamente dedicado ao mal causado pela Igreja. O décimo

primeiro capítulo do *Príncipe* é dedicado aos principados eclesiásticos; o décimo primeiro capítulo dos *Discursos* é dedicado à religião dos romanos. As mais importantes discussões sobre Marco Mânlio Capitolino ocorrem em *Discursos* I 8 e III 8, e por aí vai.⁷⁴ Seria tolo aplicar essa sugestão mecanicamente, pois os artifícios de Maquiavel arruinariam o seu propósito se ele os tivesse aplicado mecanicamente. Seria quase igualmente tolo tentar estabelecer o significado da sua doutrina baseando-se exclusivamente ou mesmo principalmente nos seus artifícios. Mas também seria imprudente ler as suas obras da maneira como são lidas usualmente. Os artifícios de Maquiavel, quando interpretados judiciosamente, conduzem o leitor ao coração do seu argumento. A ordem da descoberta não é, entretanto, necessariamente a ordem da prova.

Resumindo o argumento: Maquiavel apresentou a sua doutrina em dois livros cuja relação mútua é enigmática. Cada livro apresenta “tudo” que ele sabe para uma audiência específica ou numa perspectiva específica. A questão a respeito da relação entre as duas perspectivas não pode ser respondida antes que se tenha compreendido completamente a perspectiva de cada livro e, portanto, antes que se tenha compreendido adequadamente cada livro por si mesmo. Ao ler cada um dos livros desde o princípio à luz do outro, chega-se a um sentido médio que é mais superficial até mesmo que o sentido de superfície de cada livro e que de modo algum pode ser reputado autêntico. Em última instância, a duplicidade de perspectiva reflete uma duplicidade de “propósito”, que opera em cada um dos livros e que corresponde à diferença entre os leitores “jovens” e “velhos”.

⁷¹ *Discursos* III 12, início.

⁷² *Discursos* I 10.

⁷³ *Discursos* I 10.

⁷⁴ *Discursos* I 10.

A intenção de Maquiavel: *O Príncipe*

Muitos autores tentaram descrever a intenção do *Príncipe* usando o termo “científico”. Essa descrição é defensável e mesmo útil, contanto que seja entendida adequadamente. Voltemos uma vez mais para o príncípio. Na *Epístola Dedicatória*, Maquiavel fornece três indicações sobre o tema do livro: ele incorporou nele o seu conhecimento das ações dos grandes homens tanto modernos quanto antigos; ele ousa discutir o governo do príncipe e oferecer regras para o seu exercício; ele tem conhecimento da natureza dos príncipes. Como é sugerido na *Epístola Dedicatória*, no próprio livro, e no que o autor diz em outro lugar,¹ o conhecimento das ações dos grandes homens, isto é, o conhecimento histórico, fornece apenas os materiais para o conhecimento do que é o governo do príncipe, das características dos vários principados, das regras que se deve seguir para adquirir e conservar o poder no principado e da natureza dos príncipes. É apenas o último tipo de conhecimento que *O Príncipe* tem a intenção de transmitir. Esse tipo de conhecimento – o conhecimento do universal ou geral em contraste com o conhecimento do individual – é chamado de filosófico ou científico. *O Príncipe* é um livro científico porque comunica um ensinamento geral baseado no raciocínio que parte da experiência e que expõe esse raciocínio.

Esse ensinamento é em parte teórico (conhecimento da natureza dos príncipes) e em parte prático (conhecimento das regras a que os príncipes devem conformar-se). Em acordo com o fato de que *O Príncipe* é um livro científico, e não histórico, apenas três dos 26 títulos de capítulos que o compõem contém nomes próprios.² Ao fazer referência ao *Príncipe* nos *Discursos*, Maquiavel o chama de “tratado”.³ Por hora descreveremos o *Príncipe* como um tratado, querendo significar com essa palavra um livro que apresenta um ensinamento geral do caráter indicado. Na medida em que *O Príncipe* é um tratado, ele tem um plano lúcido e seu argumento procede em linha reta, sem ascender ou descender. À primeira vista, ele consiste de duas partes. A primeira apresenta a ciência ou a arte do governo do príncipe, ao passo que a segunda trata da clássica questão dos limites da arte ou da prudência, ou da questão da relação entre a arte ou a prudência e o acaso. Numa perspectiva mais concreta, *O Príncipe* consiste de quatro partes: (1) os vários tipos de principados (caps. 1-11); (2) o príncipe e seus inimigos (caps. 12-14), (3) o príncipe e seus súditos e amigos (caps. 15-23),⁴ (4) a prudência e o acaso (caps. 24-26). Devemos dar um passo além e dizer que *O Príncipe* aparece, já no princípio, não apenas como um tratado, mas inclusive como um tratado escolástico.⁵

Ao mesmo tempo, entretanto, o livro é o oposto de uma obra científica ou desinteressada. Embora comece com as palavras “todos os Estados, todos os domínios que existiram e que existem sobre os homens”, ele termina com as palavras “o antigo valor nos corações italianos ainda não está morto”. Ele culmina num chamado apaixonado à ação — um chamado endereçado a um príncipe italiano contemporâneo para realizar a obra mais gloriosa e mais necessária naquele momento e lugar. Ele termina como uma obra de ocasião. Pois a última parte não trata somente da questão geral concernente à relação entre a prudência e o acaso, mas também do acidental num outro sentido do termo. Os capítulos que giram em torno da discussão explícita da relação entre prudência e acaso (cap. 25) são os únicos cujos títulos indicam que ali se trata da situação italiana contemporânea. *O Príncipe* não é o único clássico da filosofia política que é ao mesmo tempo um tratado e uma obra de ocasião. Basta pensar, nesse sentido, no *Leviatã* de Hobbes e nos *Tratados sobre o Governo*

Civil de Locke. Mas o caso de *O Príncipe* não é típico: há um notável contraste entre o princípio seco, para não dizer escolástico, e o alto teor retórico do último capítulo, que acaba com a citação de um poema patriótico em italiano.

É possível que Maquiavel tivesse a ambição de combinar as virtudes do escolasticismo com as da poesia patriótica? Essa combinação é necessária para o entendimento das coisas políticas? Seja como for, o contraste entre o começo do *Príncipe*, ou mesmo entre os seus primeiros 25 capítulos, e seu final, nos força a modificar a nossa observação de que o argumento do livro procede numa linha reta sem subidas ou descidas. Ao comparar diretamente o princípio com o fim, damos-nos conta de uma subida. Na medida em que *O Príncipe* é um tratado, Maquiavel é um investigador ou um professor; na medida em que é uma obra de ocasião, ele assume o papel de conselheiro, se não de pregador. Ele estava ansioso para tornar-se o conselheiro do destinatário do *Príncipe* e, com isso, ascender, saindo da sua condição baixa e mesmo abjeta.⁶ O movimento do *Príncipe* é uma subida em mais de um sentido. Ademais, não somente uma subida.

Em contraste com os *Discursos*, *O Príncipe* se apresenta a princípio como um tratado tradicional ou convencional. Mas essa primeira aparência é deliberadamente enganosa. Seu caráter antitradicional torna-se explícito pouco depois do meio do livro e, depois de permanecer explícito por um tempo, volta ao pano de fundo mais uma vez. Logo, o movimento do *Príncipe* pode ser descrito como uma subida seguida de uma descida. *Grosso modo*, o ápice está no centro. Esse percurso é prefigurado na primeira parte do livro (caps. 1-11): o tema mais alto dessa parte (os novos principados adquiridos pelas próprias armas e virtude) e seus maiores exemplos (Moisés, Tesu, Rômulo, Ciro) são discutidos no capítulo 6, que é literalmente o capítulo central da primeira parte.

Mas acompanhemos esse movimento mais de perto. À primeira vista, o *Príncipe* pertence ao gênero tradicional do espelho dos príncipes que são endereçados primariamente aos príncipes legítimos, cujo caso mais familiar é o herdeiro incontestado. Maquiavel quase inicia o *Príncipe* seguindo o costume de chamar o príncipe hereditário de “príncipe natural”. Ele sugere que o natural é idêntico ao estabelecido ou costumeiro, o ordinário e o razoável; ou que é o oposto de “violento”. Nos dois primeiros capítulos ele usa apenas

² Dos 142 títulos de capítulo dos *Discursos*, 39 contêm nomes próprios.

³ *Discursos* II 1 (234), III 19 e 42; cf. II 20, início.

⁴ Cf. *O Príncipe*, cap. XV, início.

exemplos italianos contemporâneos ou quase: não deixamos a dimensão do que é familiar. Não podemos deixar de observar que, nos *Discursos*, que se iniciam com a declaração de que se vai comunicar através do livro novos modos e ordens, os primeiros dois capítulos são devotados aos primórdios remotos das cidades e dos Estados: imediatamente transcendemos a dimensão do que é familiar. No terceiro capítulo do *Príncipe*, Maquiavel continua a falar do “natural e ordinário” e do “ordinário e razoável”, mas agora deixando claro que a natureza não favorece o estabelecido mais que o desestabelecimento do estabelecido ou, mais geralmente, que o natural e o ordinário se colocam numa determinada tensão com o costumeiro: uma vez que o desejo de aquisição é “natural e ordinário”, a destruição dos “príncipes naturais”, “a extinção do sangue antigo” por um conquistador extraordinário é talvez mais natural que a transição fluida e pacífica de um herdeiro a outro.⁷ Acompanhando esse passo ulterior, exemplos antigos e estrangeiros são trazidos ao primeiro plano: os turcos e, sobretudo, os romanos parecem superiores aos italianos e mesmo aos franceses. Provocado pela observação de um cardeal francês de que os italianos nada conhecem da guerra, e por ela justificado, Maquiavel responde, em suas próprias palavras, que os franceses nada conhecem da política: os romanos, cujos modos de ação são discutidos no centro do capítulo, entendiam tanto da guerra quanto da política. Além disso, ele transcende o aqui e agora fazendo referência a uma doutrina sustentada pelos médicos, pois a medicina é uma realização dos antigos,⁸ e oponto a prática sábia dos romanos ao que “está todos os dias na boca dos sábios do nosso tempo”. Mas Maquiavel ainda não está preparado para discutir a opinião defendida por grande parte dos seus contemporâneos de que a fé deve ser preservada. Nos capítulos 4-6, os exemplos antigos preponderam pela primeira vez. O capítulo 6 é devotado ao tipo mais glorioso de príncipes absolutamente novos em Estados absolutamente novos, isto é, àquilo que é menos comum e mais antigo. Os fundadores heróicos ali discutidos ascenderam às suas posições pela virtude e não pelo acaso, e sua grandeza revelou-se pelo seu sucesso em introduzir novos modos e ordens que diferiam profundamente do estabelecido, familiar e antigo. Eles se encontram no polo oposto em relação ao costumeiro e ao antigo e estabelecido, por duas razões opostas: foram inovadores antigos, inimigos antigos do

antigo. O capítulo 6 é o único capítulo do *Príncipe* no qual Maquiavel fala de profetas, vale dizer, dos homens com quem Deus fala. No mesmo capítulo, ocorre a primeira citação latina. Comparado com esse capítulo, o resto da primeira parte marca uma descida. O herói do capítulo 7 é César Bórgia, que adquiriu seu principado por meio do acaso. A princípio, ele é apresentado como um modelo para os novos príncipes. Mas, sem nada dizer sobre o fato de que fracassou por causa de um grave erro cometido por ele mesmo, Bórgia não foi um príncipe absolutamente novo num Estado inteiramente novo: ele é um modelo para aqueles novos príncipes que tentam promover mudanças em ordens antigas por meio de novas ordens em vez de sê-lo para os novos príncipes, como os heróis do capítulo 6, que tentaram introduzir novos modos e ordens. Da mesma forma, a ênfase muda para os exemplos modernos a partir desse ponto.⁹ Quanto aos capítulos 8-11, é suficiente observar que mesmo seus títulos não contêm mais referências a novos príncipes; os príncipes ali discutidos são, no máximo, novos príncipes em antigos Estados. Os dois últimos capítulos da primeira parte contêm, como os primeiros dois capítulos, apenas exemplos modernos, ainda que contenham também exemplos não italianos.

A segunda parte (caps. 12-14) marca uma subida em relação ao fim da primeira parte. A primeira parte terminara com uma discussão dos principais eclesiásticos, que enquanto tais não têm armas. Aprendemos agora que boas armas são a condição necessária e suficiente de boas leis.¹⁰ Como Maquiavel indica pelos títulos dos capítulos 12-13, ele ascende nesses capítulos do pior tipo de armas para o melhor. Observamos nessa parte uma subida quase contínua dos exemplos modernos para os antigos. Essa subida é acompanhada de três referências à questão de se devem ser escolhidos exemplos modernos ou antigos; na referência central é sugerido que seria mais natural preferir exemplos antigos.¹¹ Maquiavel agora discute não somente erros

⁷ Assim, não estamos despreparados para descobrir que o mais extraordinário dos conquistadores, Alexandre (o Grande), é mencionado duas vezes no título do capítulo seguinte.

⁸ A ênfase tácita nos exemplos antigos que marca o cap. IX tem uma razão especial. Ela chama a nossa atenção para a impropriedade de discutir, no *Príncipe*, o exemplo mais imponente de príncipes civis, isto é, o domínio dos Médicis. Maquiavel se contenta em discutir a sua contrapartida antiga: Nábis de Esparta. Cf. cap. 21 (73).

¹⁰ Compare também o principal exemplo do cap. X (as cidades alemãs que são livres no mais alto grau) com a observação feita sobre os sújos no cap. XII (os sújos são armados no mais alto grau e livres no mais alto grau). Essa distinção é desenvolvida de modo mais completo em *Discursos* II 19 (286-87).

políticos ou militares específicos cometidos pelos “sábios do nosso tempo”, mas (embora sem mencionar o seu nome) o erro fundamental do seu contemporâneo Savonarola: Savonarola errou ao acreditar que a ruína da Itália foi causada por pecados religiosos, e não por pecados militares. Nessa parte bastante breve (cerca de dez páginas), Maquiavel se refere seis vezes à literatura antiga, quando havia feito referência a ela na primeira parte consideravelmente mais extensa (cerca de 37 páginas) apenas duas vezes. Apenas na segunda parte ele chega perto de se referir com deferência às autoridades mais altas do pensamento moral e político. A sua referência não é, de fato, ao Novo Testamento, mas ao Antigo, e não com efeito ao que o Antigo Testamento diz sobre Moisés, mas ao que ele diz sobre Davi, e não ao que ele diz sobre Davi literalmente, mas ao que diz sobre Davi, ou em conexão com Davi, figurativamente. E, com efeito, Maquiavel faz referência não a Aristóteles ou a Platão, mas a Xenofonte, por ele visto como o autor do clássico espelho dos príncipes. Além disso, a citação do Antigo Testamento no capítulo 13 simplesmente fornece, no máximo, um exemplo adicional da escolha correta das armas; no entanto, *A Educação de Ciro* de Xenofonte, mencionada no fim do capítulo XIV, é a única autoridade a que Maquiavel se refere como tendo elaborado um código moral completo para o príncipe. Para dizer o mínimo, a altura alcançada no fim da segunda parte lembra a altura alcançada no centro da primeira parte: a segunda parte termina e culmina num elogio de Ciro – um dos quatro “maiores exemplos” mencionados no capítulo 6. Na primeira parte, Maquiavel sobe sem pressa até os maiores realizadores e então desce sem pressa a partir dali; na segunda, ele ascende rapidamente às origens do entendimento tradicional sobre os maiores realizadores.

Bem no princípio da terceira parte (caps. XV-XXIII), Maquiavel começa a contestar a Grande Tradição. A ênfase desloca-se para uma mudança no ensinamento geral: o primeiro capítulo da terceira parte é o único capítulo do *Príncipe* que não contém nenhum exemplo histórico. Maquiavel agora contesta explicita e coerentemente a opinião tradicional e costumeira de que o príncipe deve viver e governar virtuosamente. A partir daí começamos a compreender por que ele evitou, na segunda parte, fazer referência às autoridades mais altas: o cume que faltava acima do Antigo Testamento e de Xenofonte não é o Novo Testamento e Platão ou Aristóteles, mas o próprio pensamento de Maquiavel: todos os ensinamentos antigos e tradicionais devem ser superados por um novo e chocante ensinamento. Mas Maquiavel

tem o cuidado de não causar choque sem necessidade. Embora a perspectiva de uma inovação seja sugerida, a sugestão é sobremaneira sutil: o autor insinua que está meramente expondo em seu próprio nome e de maneira franca um ensinamento que alguns autores antigos expuseram secretamente ou usando personagens como porta-vozes.¹² Essa estratégia fortalece, em verdade, a reivindicação de Maquiavel tanto quanto a enfraquece em aparência: não se pode mudar radicalmente o modo ou a aparência de uma doutrina sem mudar radicalmente a sua substância. O argumento ascende do capítulo XV para os capítulos XIX e XX e então desce de novo. No capítulo XVII, Maquiavel começa a falar de novo de “novos príncipes” depois de uma pausa de dez capítulos, e continua a fazê-lo nos três capítulos subsequentes; no princípio do capítulo XXI, ele ainda faz referência a “um príncipe quase novo”, mas no resto da terceira parte esse tema elevado desaparece completamente. Maquiavel desce de novo para os príncipes ordinários ou de segunda linha.¹³ Esse movimento tem seu paralelo numa mudança em relação à proporção entre exemplos modernos e antigos. Até o capítulo XIX verifica-se, em termos gerais, um crescimento na ênfase sobre o antigo; a partir de então os exemplos modernos preponderam obviamente.¹⁴ Pode-se dizer que os últimos dois terços do capítulo XIX, que tratam dos imperadores romanos, marcam o ápice da terceira parte. A passagem é introduzida como uma réplica ao que “muitos” podem objetar contra a própria opinião de Maquiavel. O capítulo XIX é literalmente o centro da terceira parte, assim como o ápice da primeira parte correspondera literalmente ao seu centro (cap. VI). Esse quadro não é acidental. O capítulo XIX completa a discussão explícita a respeito do fundador que o capítulo VI iniciara. Assim, podemos descrever

¹² Caps. XVII (52) e XVIII (55). Na sua única referência à literatura nesse contexto – cap. XVII (54), Maquiavel ataca “os autores” e não mais, como fez no início do cap. XV, “muitos” autores. Incidentalmente, “muitos autores” são atacados nos *Discursos* ainda no cap. 10 do livro I: o rompimento com a tradição se torna explícito proporcionalmente muito antes que no *Príncipe*.

¹³ Cf. a relação entre príncipes e ministros como ela aparece no cap. XXII com a relação entre César Bórgia e o seu ministro tal como apresentada no cap. VII (24).

¹⁴ Os caps. XX, XXII e XXIII contêm apenas exemplos modernos. A ênfase explícita nos exemplos modernos no cap. XVIII (*De que forma os príncipes devem guardar a fé na palavra dada*) tem uma razão especial, assim como tem a ênfase tácita nos exemplos antigos no cap. IX: Maquiavel chama a nossa atenção para a forma moderna de falsidade ou hipocrisia que difere notavelmente da forma romana (cf. *Discursos* II 13 *in fine*). Existe uma ligação entre o seu pensamento e a referência à “crueldade pia” no cap. XXI. Maquiavel indica que o argumento do cap. XVIII requer um ato

com justiça o capítulo XIX como o ápice do *Príncipe* como um todo, e a terceira como a sua parte mais importante.¹⁵ O capítulo XIX revela a verdade sobre os fundadores ou os maiores realizadores quase de forma completa.¹⁶ A revelação plena requer a universalização da ligação derivada do estudo dos imperadores romanos, e essa universalização é apresentada na primeira seção do capítulo XX. Imediatamente depois começa a descida. Maquiavel faz referência a um dito dos “nossos ancestrais”, isto é, dos celebrados sábios da Florença antiga, rejeitando-o de um modo inusualmente cauteloso:¹⁷ depois de romper com o ensinamento mais elevado da venerável Grande Tradição, ele retorna humildemente à reverência, curvando-se a uma tradição bastante recente e puramente local. Logo em seguida ele expressa o seu acordo com o “juízo dos muitos”, e antes de questionar a sabedoria de construir fortalezas e de mostrar que a prática de erguer fortalezas havia sido sabiamente abandonada por um número considerável de contemporâneos italianos, ele diz louvar a construção de fortalezas “porque elas têm sido usadas desde os tempos antigos”.¹⁸ Com isso, Maquiavel dá todas as mostras de estar querendo fingir que acredita na verdade da opinião que identifica o bom com o antigo ou costumeiro. Agindo no mesmo espírito, ele expressa uma crença na gratidão humana, no respeito pela justiça e na honestidade dos homens,¹⁹ que contrasta intensamente com tudo o que veio antes, e especialmente com o que havia dito na terceira parte.

¹⁵ O cap. XIX é o centro não apenas da terceira parte, mas de toda a seção do *Príncipe* que se segue à discussão dos diversos tipos de principado, quer dizer, de toda a seção que, à luz do início do livro, aparece como uma surpresa (cf. o cap. I, onde o tema dos “diversos tipos de principados” é anunciado, com os princípios dos caps. XII, XV e XXIV). Enquanto a primeira, segunda e quarta partes do *Príncipe* contêm cada uma apenas uma citação latina, a terceira contém duas. Compare-se o início do cap. VI com o princípio dos caps. XXI-XXIII à luz da observação que é feita no texto.

¹⁶ Cf. p. 75-76.

¹⁷ Cap. XX (67-68). A opinião ali descrita como sustentada por “nossos antigos” é descrita em *Discursos* III 27 (403) como uma opinião moderna sustentada pelos “sábios da nossa cidade algum tempo atrás”.

¹⁸ Pouco antes, Maquiavel menciona a “afeição natural” pelo príncipe. Ele não tinha usado essa expressão desde o início do livro, no cap. IV. Mas ali se falava da afeição natural dos súditos pelos barões franceses, seus senhores desde tempos imemoriais; agora se fala da afeição natural pelo novo príncipe. A transição é em parte efetuada pelo que se diz no cap. XIX (60) a respeito da aversão, fundada sobre o medo, do povo francês aos magnatas franceses.

Assim como o movimento da argumentação na terceira parte se assemelha ao da primeira, o movimento do argumento na quarta parte (caps. XXIV-XXVI) se assemelha ao da segunda. Em contraste com os últimos capítulos da terceira parte, a quarta é marcada pelas seguintes características: Maquiavel fala mais uma vez do “novo príncipe” e mesmo “do novo príncipe no novo principado” e novamente enfatiza os modelos antigos. Filipe da Macedônia, “não o pai de Alexandre, mas aquele que foi vencido por Tito Quinto”, isto é, um príncipe antigo que não pertencia à classe mais alta de príncipes, é apresentado como amplamente superior aos príncipes italianos contemporâneos que também foram derrotados. Embora o capítulo central da quarta parte contenha somente exemplos modernos, ele compensa essa característica, por assim dizer, concentrando-se no ataque a uma crença italiana contemporânea, ou melhor, a uma crença que é mais comumente compartilhada na Itália contemporânea do que foi no passado. No último capítulo, Moisés, Ciro e Teseu, três dos quatro fundadores heróicos louvados no capítulo VI, são de novo mencionados; Moisés e Teseu não haviam sido mencionados desde então. Naquele capítulo, Maquiavel falava, nos termos mais desprovidos de reserva, do que espera de um príncipe italiano contemporâneo ou da sua família. Mas não deixava a menor dúvida de que o que espera de um novo príncipe contemporâneo num novo Estado não é mais do que, no máximo, uma imitação perfeita dos fundadores antigos, uma imitação tornada possível pela sobrevivência do antigo valor italiano: ele não espera um feito glorioso de um tipo inteiramente diferente ou uma nova criação. Enquanto o último capítulo do *Príncipe* é, assim, um chamado à mais gloriosa imitação dos mais altos feitos da Antiguidade no contexto da Itália contemporânea, a doutrina geral do *Príncipe* — e especialmente da sua terceira parte, isto é, o entendimento maquiavélico dos antigos fundadores e da fundação da sociedade em geral — é o oposto de uma imitação, por mais perfeita: enquanto o maior feito possível na Itália contemporânea é uma imitação dos maiores feitos da Antiguidade, a maior realização teórica possível na Itália contemporânea é “completamente nova”.²⁰ Concluímos, portanto, que o movimento do *Príncipe* como um todo é uma subida seguida de uma descida.

²⁰ No *Príncipe*, o ataque mais irrestrito aos autores antigos em geral (“os autores”) — cap. XVII (54) — ocorre no contexto de um elogio feito aos antigos homens de Estado ou capitães. A quarta parte do

É característico do *Príncipe* poder ser entendido por meio de dois pares de opostos: ele é tanto um tratado quanto um escrito de ocasião, e tem ao mesmo tempo um exterior tradicional e um interior revolucionário. Existe uma conexão entre esses dois pares de opostos. Como um tratado, o livro expõe um ensinamento atemporal, isto é, uma doutrina que pretende ser verdadeira para todos os tempos; como um escrito de ocasião, expõe o que deve ser feito num tempo particular. Mas a doutrina atemporalmente verdadeira está relacionada com o tempo, porque é nova no tempo particular em que é apresentada, e o fato de ser nova, ou não coeva ao homem enquanto tal, não é acidental. Uma nova doutrina concernente aos fundamentos da sociedade sendo, enquanto tal, inaceitável ou exposta à oposição, o movimento que vai da doutrina antiga ou aceita à nova doutrina deve ser conduzido com todo o cuidado, com o interior revolucionário devendo ser cuidadosamente protegido por um exterior tradicional. A relação dúplice do livro com o tempo particular no qual foi composto, ou para o qual foi composto, explica por que a preponderância de exemplos modernos tem um duplo significado: exemplos modernos são mais imediatamente relevantes para a ação na Itália contemporânea que exemplos antigos, e uma discussão de exemplos modernos é menos “presunçosa”²¹ ou ofensiva que uma discussão dos mais elevados exemplos antigos ou das origens da ordem estabelecida que não são nem presentes, nem próximos. Esse fato deve ser mantido em mente se se deseja entender o que Maquiavel quer dizer quando chama o *Príncipe* de um “tratado”.²² Nesse ponto, é necessário acrescentar a observação de que, ao descrever o *Príncipe* como a obra de um revolucionário, usamos o termo em seu sentido preciso: um revolucionário é um homem que viola a lei, a lei como um todo, com o objetivo de substituí-la por uma nova lei que acredita ser melhor que a antiga.

O Príncipe é obviamente uma combinação de tratado e escrito de ocasião. Mas a maneira pela qual essa combinação é realizada não é nada óbvia: o últi-

²¹ *O Príncipe* caps. VI (18) e XI (36).

²² “Tratar” de algo significa “arrazoar” sobre ele (*O Príncipe* cap. II início, e cap. VIII início). Maquiavel chama o seu discurso sobre o Decenvirato – que inclui um extenso sumário do relato de Tito Lívio sobre o Decenvirato, portanto, em particular, sobre as ações do pretendente a tirano Ápio Cláudio – de o “tratado suprascrito” (*Discursos* I 43), ao passo que chama o seu discurso sobre a liberalidade do Senado de “o discurso suprascrito” (*Discursos* I 52 início). Em *Discursos* II 32 (323), *trattato* significa “conspiração”. Ele chama o *Hiero* de Xenofonte de um “tratado” sobre a tirania (II 2), ao passo que chama a *Monarquia* de Dante de um “discurso” (I 53). Em *Historia de Florença* II

mo capítulo aparece, de fato, como uma surpresa. Acreditamos que essa dificuldade pode ser solucionada se não nos esquecermos de que a obra também combina uma superfície tradicional com um centro revolucionário. Enquanto tratado, o *Príncipe* comunica uma doutrina geral; enquanto obra de ocasião, ele comunica um conselho particular. A doutrina geral não pode ser idêntica, mas deve ao menos ser compatível, com o conselho particular. Pode inclusive haver uma conexão entre o geral e o particular que seja mais próxima que a mera compatibilidade: a doutrina geral pode tornar necessário o conselho particular dadas as circunstâncias particulares nas quais se encontra o destinatário particular do *Príncipe*; e o conselho particular pode requerer a doutrina geral do *Príncipe* e ser incompatível com qualquer outra doutrina geral. Seja como for, ao estudar a doutrina geral do *Príncipe*, jamais devemos perder de vista a situação particular na qual Lorenzo se encontra. Devemos entender o geral à luz do particular. Devemos traduzir toda regra geral que é endereçada geralmente aos príncipes, ou a um tipo de príncipe, para o conselho particular endereçado a Lorenzo. E, em sentido inverso, devemos ascender do conselho particular que é dado no último capítulo para as suas premissas gerais. É possível que o conjunto completo das premissas gerais seja diferente das premissas gerais tais como explicitamente enunciadas, e que a forma completa do conselho particular difira da sua enunciação explícita. É possível que as implicações não enunciadas, gerais ou particulares, nos forneçam a ligação entre a doutrina geral explicitamente enunciada e o conselho particular em sua enunciação explícita.

Qual é, precisamente, a dificuldade criada pelo conselho dado no último capítulo do *Príncipe*? Quanto ao mero fato de que este capítulo aparece como uma espécie de surpresa, pode-se dizer com justiça que no *Príncipe* nenhuma surpresa deveria ser surpreendente. À luz das indicações fornecidas no primeiro capítulo, os capítulos VIII-XI surgem também como uma surpresa, isso sem falar nas muitas outras surpresas presentes ao longo do livro. Além disso, tem-se apenas de ler *O Príncipe* com o cuidado ordinário para verificar que o chamado à libertação da Itália que encerra o livro é a sua conclusão natural. Por exemplo, no capítulo XII Maquiavel diz que a consequência do sistema militar italiano é que “a Itália foi submetida por Carlos, pilhada por Luís, violada por Fernando e vituperada pelos sújos”, ou que a Itália foi “escravizada e insultada”.²³

²³ Compare-se também o fim do cap. XIII com o cap. XXV. No primeiro capítulo, Maquiavel indica treze temas cujo tratamento parece requerer treze capítulos, indicando no décimo oitavo capítulo,

Que outra conclusão pode ser extraída desse estado de coisas senão que se deve envidar todos os esforços para libertar a Itália depois de ter efetuado uma completa reforma do seu sistema militar, isto é, senão que se deve fazer o que o último capítulo diz que Lorenzo deve fazer? O último capítulo representa um problema não porque é um chamado à libertação da Itália, mas porque se fala sobre as dificuldades que obstruem essa libertação. Nesse capítulo, diz-se mais de uma vez que a ação recomendada a Lorenzo, ou dele exigida, não será “muito difícil”: quase tudo já foi feito por Deus; pouco resta a ser feito pelo libertador humano. O capítulo cria a impressão de que as únicas coisas necessárias para a libertação da Itália são a aversão dos italianos à dominação estrangeira e o seu antigo valor; o libertador da Itália pode esperar uma cooperação espontânea da parte de todos os seus compatriotas e também que eles correrão às armas contra os estrangeiros no momento em que ele “empunhar a bandeira”. É verdade que Maquiavel enfatiza nesse ponto a necessidade de uma reforma radical do sistema militar italiano. De fato, ele dedica toda a parte central do capítulo, quer dizer, quase a metade do capítulo, à discussão das condições militares para a libertação. Mas é absolutamente surpreendente o seu completo silêncio a respeito das condições políticas para ela. O que se ganharia se todos os italianos se tornassem os melhores soldados do mundo, se voltassem sua habilidade e bravura uns contra os outros ou, em outras palavras, se antes não fosse estabelecida uma unidade estrita de comando, sem nada falar de uma unidade de treinamento? É absurdo dizer que o fervor patriótico de Maquiavel cega-o temporariamente para os duros problemas práticos: seu fervor patriótico não o impede de falar no último capítulo muito prosaicamente e mesmo tecnicamente sobre preparação militar. O libertador da Itália é descrito como um novo príncipe, pois a libertação da Itália pressupõe a introdução de novas leis e novas ordens: ele deve fazer pela Itália o que Moisés fez pelo povo de Israel. Porém, como Maquiavel esforçou-se para indicar nos capítulos anteriores do livro, o novo príncipe necessariamente ofende muitos dos seus compatriotas, em especial aqueles que se beneficiavam da ordem costumeira das coisas, e seus partidários são necessariamente não confiáveis. No último capítulo ele se fala sobre o tema da ofensividade inevitável das ações do libertador, assim como a respeito da poderosa resistência que ele deve esperar. Ao libertador da Itália se pede que ele arregimentasse as suas próprias tropas que serão tanto melhores na medida em que se virem coman-

o florentino Lorenzo como o seu príncipe? Maquiavel não diz uma única palavra sobre as dificuldades que seriam criadas para o libertador pela variedade de repúblicas e príncipes italianos. Ele meramente alude a essas dificuldades ao colocar a questão retórica: “Que invidia poderá opor-se a ele?”, e ao falar uma vez apenas da “fraqueza dos chefes” na Itália. Ele quer dizer com isso que o fervor patriótico do povo italiano será suficiente para colocar de lado esses chefes fracos, por mais ciumentos que eles sejam? Ele certamente deixa no ar a implicação de que, antes que o libertador possa libertar a Itália, ele não teria somente de empunhar uma bandeira particular, como consta do texto do capítulo, mas liderar a própria Itália, como é dito no título do capítulo. É um caso raro, senão único, nos livros de Maquiavel, o título de um capítulo ser mais informativo que o seu texto.

Além dos capítulos XXVI e XXIV, cujos títulos nos remetem à Itália contemporânea, apenas um título de capítulo no *Príncipe* contém nomes próprios, chamando a nossa atenção para algo particular. O capítulo IV é intitulado: “Porque o reino de Dario conquistado por Alexandre não se rebelou contra os sucessores de Alexandre depois da morte deste”.²⁴ Consequentemente, o lugar do capítulo dentro do plano da doutrina geral tal como indicado no capítulo I não é imediatamente claro. O capítulo IV é o capítulo central dentre os três capítulos que tratam dos “principados mistos”, vale dizer, da aquisição de novos territórios por príncipes ou repúblicas, ou, em outras palavras, da conquista. O exemplo principal no capítulo III é a política de conquista praticada pelo rei Luís XII de França; mas o país no qual esse monarca tentou adquirir novos territórios foi a Itália. No capítulo III, Maquiavel discute as dificuldades que obstruem as conquistas estrangeiras na Itália, um assunto da maior importância para o libertador dos italianos. Ao discutir os equívocos que o monarca francês cometeu ao tentar fazer conquistas duradouras na Itália, Maquiavel sem dúvida dá conselhos aos estrangeiros que contemplam o projeto de fazer seu patriotismo. Mas pode-se com acerto dizer que esse conselho é apenas o outro lado, o lado odioso, do conselho que ele dá sobre como defender a Itália da dominação estrangeira, ou sobre como libertar a Itália. A impressão que se tem a partir da discussão maquiavélica é que, não fosse por alguns graves

²⁴ Os caps. XXVI e IV do *Príncipe* começam com praticamente a mesma palavra.

erros cometidos pelo rei de França, ele poderia facilmente ter mantido as suas conquistas italianas. O rei de França cometeu os graves erros de permitir que as potências italianas menores fossem destruídas e, com isso, fortalecer uma potência italiana maior, em vez de proteger as potências menores e humilhar a potência maior. Somos forçados a nos perguntar que conclusão o libertador da Itália seria levado a tirar dessas observações. Ele deveria destruir as potências menores e fortalecer as maiores? A destruição das potências menores que Maquiavel tem em mente foi realizada por César Bórgia, cujas ações o livro oferece a Lorenzo como modelo. Mas o fortalecimento das outras potências italianas maiores não perpetuaria, e inclusive aumentaria, as dificuldades de manter as potências estrangeiras fora da Itália? É essa questão que é tratada de forma oblíqua no capítulo IV. Ali, Maquiavel distingue dois tipos de principados: um do tipo da Pérsia conquistada por Alexandre, o Grande, no qual um homem é príncipe e todos os outros são escravos, e outro, como a França, que é governado conjuntamente pelo rei e pelos barões, vale dizer, no qual existem poderes que não dependem simplesmente do príncipe, mas que governam por seu próprio direito. Ele confere a essa distinção uma maior generalidade ao comparar a monarquia francesa com a Grécia anterior à conquista romana. Isso revela que Maquiavel está preocupado, portanto, com a diferença entre países governados por um único soberano do qual toda a autoridade política no interior do país é derivada, e países onde existe uma variedade de poderes regionais ou locais, cada qual governando por seu próprio direito. Vista à luz dessa distinção, a Itália pertence ao mesmo tipo de país que a França. Ao discutir a conquista da Pérsia por Alexandre, Maquiavel é compelido a discutir a conquista de um país de tipo oposto, isto é, a conquista da França. No entanto, isso significa que ele consegue continuar subrepticamente a discussão, iniciada no capítulo anterior, sobre a conquista da Itália.²⁶ O capítulo IV transmite, portanto, a seguinte lição: embora a Pérsia seja difícil de conquistar, é fácil mantê-la; ao contrário, embora seja fácil conquistar a França, ela é de difícil manutenção. A França (que nesse contexto devemos substituir pela Itália) é fácil de conquistar porque sempre haverá um barão (Estado) descontente ansioso para receber auxílio estrangeiro contra o rei (contra os outros Estados dentro do país). Ela é difícil de manter porque as lealdades

antigas e locais sempre vão afirmar-se também contra o novo príncipe. A posse segura do país é impossível enquanto o sangue antigo dos senhores, duques ou príncipes locais não tiver sido extinto. Pode-se pensar por um momento que o que é bom para o conquistador estrangeiro de um país do tipo em discussão não é necessariamente bom para o libertador nativo desse mesmo país. Porém, como Maquiavel indica no capítulo III, a superioridade da França em relação à Itália em força e unidade é devida à extirpação das linhagens reais da Borgonha, Bretanha, Gasconha e Normandia. Dada a urgência ocasionada pela dominação estrangeira da Itália, o libertador não pode se dar ao luxo de esperar que outras famílias reais se extinguam no curso dos séculos. Ele terá de fazer na mais larga escala o que César Bórgia fez numa escala menor:²⁷ para extirpar o poder devido às antigas lealdades locais e regionais que são a fonte maior da fraqueza italiana, é preciso extinguir as famílias dos indesejáveis príncipes italianos. César Bórgia desempenha função crucial no *Príncipe* pela razão adicional de que ele é o elemento de ligação entre o conquistador estrangeiro da Itália e seu libertador patriótico e nativo: como não era simplesmente italiano, ele não podia ser visto como um libertador potencial da sua pátria.²⁸ Quanto às repúblicas italianas, aprendemos no capítulo V, o último dedicado ao tema da conquista, que a única maneira pela qual um príncipe, ou uma república, pode estar seguro da lealdade de uma cidade republicana conquistada com uma antiga tradição de autonomia é arruiná-la e dispersar seus habitantes, e que isso é verdadeiro independentemente de se o conquistador e os conquistados são filhos da mesma terra ou não.²⁹

²⁷ O *Príncipe* cap. VIII (23-25); cf. *Opere* I 637. Considere-se a afirmação de Maquiavel sobre o caráter pernicioso da nobreza feudal em *Discursos* I 55.

²⁸ O termo “pátria”, que ocorre nos caps. VI, VIII e IX, é evitado no cap. VII, dedicado a César Bórgia.

²⁹ O tema do cap. V é levemente ocultado (ver a transição discreta de Estados em geral para cidades, isto é, repúblicas, logo no princípio: *vulniti... ruinante*). É quase desnecessário dizer que quase todos os exemplos nesse capítulo são antigos. Ainda mais notável é o silêncio de Maquiavel sobre o modo romano de governar cidades republicanas tornando-as aliadas; ver *Discursos* II 24 (303) e 19 (285). Ele rejeita tacitamente esse modo no *Príncipe*, porque é impraticável para alguém que deve tornar-se príncipe de uma Itália unificada. Ao discutir as deficiências dos exércitos mercenários, Maquiavel lança mão quase exclusivamente de exemplos mostrando que os exércitos mercenários arruinaram ou ameaçaram as repúblicas. Com isso, ele mostra, com efeito, que os mercenários podem ser eminentemente benéficos para um líder de exércitos mercenários – como Sforza, que, por estar armado, pôde tornar-se um novo príncipe; compare-se o cap. XII com os

²⁶ Apenas no fim do capítulo IV Maquiavel alude à Itália mencionando o fracasso de Pirro, isto é,

A informação relativa aos pré-requisitos políticos da libertação da Itália é sonogada no capítulo que é explicitamente dedicado à libertação da Itália por que Maquiavel queria que o fim brilhante e nobre permanecesse intocado pelos meios abjetos e obscuros que são indispensáveis à sua realização. Ele quis assim porque a doutrina de que “o fim justifica os meios” é repulsiva, e o seu desejo era que o *Príncipe* acabasse de modo ainda mais atraente do que começou. A informação sonogada no último capítulo é fornecida na seção que versa sobre a conquistista. A esta seção entre todas as outras devemos nos voltar se quisermos saber que tipos de resistência da parte de seus compatriotas o libertador da Itália terá de superar, e que tipos de ofensa contra eles ele terá de cometer. Libertar a Itália do domínio bárbaro significa unificar a Itália, e unificar a Itália significa conquistar a Itália. Significa fazer na Itália algo muito mais difícil do que o que Fernando de Aragão fez na Espanha, mas que é, em certos aspectos, comparável a isto.³⁰ O libertador da Itália não pode depender da adesão espontânea de todos os habitantes da Itália. Ele tem de colocar em prática uma política de veneno e ferro [*poison and iron*], isto é, de assassinar e traição. Ele não deve recuar diante da tarefa de exterminar as famílias reais italianas e destruir as cidades republicanas italianas sempre que ações desse tipo puderem conduzir à realização do seu fim. A libertação da Itália implica uma completa revolução. Ela requer antes e acima de todo o resto uma revolução no pensamento sobre o certo e o errado. Os italianos têm de aprender que o fim patriótico consagra todos os meios, não importa o quão condenáveis aos olhos das mais elevadas tradições tanto filosóficas quanto religiosas. O vigésimo sexto capítulo dos *Discursos*, que já nos forneceu mais de uma chave para a compreensão do *Príncipe*, confirma a nossa presente conclusão. O seu título

quem Maquiavel tece elogios, depositava a maior confiança nas suas tropas mercenárias. (Esse relato de Tito Lívio precede quase imediatamente o seu relato sobre Filopomeno, que Maquiavel usa no *Príncipe*, cap. XIV). Essas observações, tomadas em conjunto com as observações feitas a respeito dos soldados dos imperadores romanos no cap. XIX e sobre a impossibilidade de armar todos os súditos italianos capazes fisicamente no cap. XX (67), revelam uma possibilidade que merece atenção. Nesse sentido, deve-se também considerar o que Maquiavel afirma perto do fim do nono capítulo, imediatamente depois de ter elogiado (o tirano) Nábis de Esparta, sobre a superioridade dos príncipados absolutos, vale dizer, sobre o tipo de principado que era tradicionalmente chamado de tirania (*Discursos* I 25 *in fine*), e comparar essa declaração com a comparação entre as monarquias turca e francesa em *O Príncipe*, cap. IV (14).

³⁰ Compare-se o cap. XXV (79) com os caps. XVIII *in fine* e XXI início, assim como com *Discursos* I 12 (130). [*Debbe fare ogni cosa nuova*: ou seja, deve renovar todas as coisas, começar tudo do zero.

diz: “Um novo príncipe, numa cidade ou província tomada por ele, deve fazer todas as coisas novas”. No corpo do capítulo aprendemos que assim como César Borgia não se tornou senhor da Romagna senão pela “crueldade bem usada”, Filipe da Macedônia só pôde tornar-se em pouco tempo o “príncipe da Grécia” ao lançar mão de meios que eram inimigos não apenas de todo modo humano de vida, mas também de todo modo cristão.³¹

A maior potência italiana que o conquistador estrangeiro potencial, Luís XII, forraleceu equivocadamente ao invés de humilhar, foi a Igreja. Por outro lado, o libertador nativo da Itália é aconselhado a usar suas conexões familiares com o então papa Leão X para receber apoio para a sua empresa patriótica de uma Igreja já consideravelmente forralecida. Ele é aconselhado, em outras palavras, a usar a Igreja governada por Leão X como César Borgia, o modelo, usou a Igreja governada por Alexandre VI. Mas esse conselho só pode ter um caráter provisório. Para constatar-lo, é preciso considerar as reflexões de Maquiavel sobre os sucessos e fracassos de César. Os sucessos de César beneficiaram, em última instância, apenas a Igreja, com isso aumentando os obstáculos à conquista ou à libertação da Itália. César era um mero instrumento de Alexandre VI e, portanto, quaisquer que tenham sido os desejos de Alexandre, um mero instrumento do papado. Ao fim e ao cabo, é Alexandre, e não César, que representa o modelo italiano contemporâneo de um novo príncipe. Pois o poder de César estava baseado no poder do Papado. Esse poder o deixou na mão quando Alexandre morreu. O fracasso de César não foi accidental, considerando que o tempo médio do reinado de um papa é de dez anos, que não é provável que a influência de qualquer príncipe italiano na eleição de um novo papa seja maior que a influência das grandes potências estrangeiras e, acima de tudo, considerando que a Igreja tem um propósito ou interesse todo próprio que lança em descrédito e ameaça o uso do poder da Igreja para propósitos outros que não o fortalecimento da própria Igreja.³² A libertação da Itália que

³¹ Compare-se *Discursos* I 26 com *O Príncipe* caps. VII (24), VIII (30), XIII *in fine*, XVII e XXI princípio. Assim como Felipe “de pequeno rei” tornou-se “príncipe da Grécia” pelo uso dos meios mais cruéis, Fernando de Aragão “de um rei fraco” tornou-se “o primeiro rei dos cristãos” pelo uso da “crueldade pia”.

³² *O Príncipe* caps. III (11-13), VII (23, 26), XI (37-38); cf. *Discursos* III 29. Observamos de passagem que, no *Príncipe*, cap. XVI (50-51), Maquiavel apresenta “o presente rei de França”, “o presente rei de Espanha” e o papa Júlio II, mas não o presente papa, Leão X, que tem “bondade e infinitas outras virtudes” (cap. XI *in fine*), como modelos da avaria prudente, que é a condição in-